

**São Paulo, 04 de abril de 2000.**

## **O PIOR ANO PARA AS NEGOCIAÇÕES SALARIAIS**

Apenas a metade das categorias profissionais conseguiu, no ano de 1999, recompor os salários de acordo com a inflação, segundo apurou o DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. Este é o pior resultado registrado pelo Banco de Dados Salariais da instituição, no período de vigência do Plano Real.

O levantamento baseou-se nos resultados de 316 negociações salariais praticadas por diversas categorias profissionais em todo o território nacional. As informações foram coletadas a partir de notícias divulgadas pela imprensa e em acordos e convenções coletivas enviados ao DIEESE por entidades sindicais.

O painel abrangeu todas as regiões geográficas, à exceção da região Norte, e os grandes setores econômicos. A maioria das informações refere-se às regiões Sudeste (51,0%) e ao setor industrial (64,0%). Em menor proporção, estão também representadas as regiões Sul (27,0%), Nordeste (15,0%) e Centro-Oeste (6,0%) e os setores de serviços (25,0%) e do comércio (11,0%). |

Quando comparada às séries anteriores, a relativa ao ano de 1999 apresentou o pior resultado desde o Plano Real, revelando que apenas 50% das categorias profissionais conseguiram assegurar, na data-base, reajustes salariais equivalentes ou superiores ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Este comportamento confirma a manutenção da tendência de queda gradativa na proporção de negociações que estabelecem, no mínimo, reajuste salarial integral.

As informações sobre os reajustes salariais coletadas desde o Plano Real demonstram que há uma diminuição progressiva nesse percentual, à exceção do ano de 1998. Em 1995, a totalidade das negociações praticadas alcançaram ou superaram o INPC-IBGE; em 1996, essa proporção caiu para 60% e, em 1997, para 55%. Já em 1998, muito provavelmente em decorrência da pequena elevação dos preços durante o ano (2,49%, segundo o INPC-IBGE), 65% das categorias profissionais chegaram a esse resultado.

No ano de 1999, com a elevação significativa do índice de custo de vida (8,43% entre janeiro e dezembro, também de acordo com o INPC-IBGE), o empresariado tornou-se menos flexível durante a negociação salarial, causando grandes dificuldades para o movimento sindical brasileiro na defesa do poder aquisitivo dos trabalhadores.

Na Tabela 1, pode-se verificar que, dentre as categorias profissionais que conquistaram reajuste salarial correspondente, no mínimo, ao INPC-IBGE, aproximadamente 35,0% o superaram. Desses 35%, em cerca de 65,0% dos casos, os ganhos salariais reais equivalem a até 1%. Apenas uma categoria profissional conquistou aumento real superior a 3%. Isso também revela um retrocesso em relação ao ano anterior, quando 43,0% das negociações analisadas resultaram em reajustes salariais superiores ao INPC-IBGE, e, desses, 10,0% obtiveram ganhos salariais reais maiores do que 3,0%.

Tabela 1

Distribuição dos reajustes salariais em comparação com o INPC-IBGE  
1999

<b>Acima do INPC</b>	<b>111</b>	<b>35,13%</b>
Maior que 0% e menor ou igual a 1%	76	24,05%
Maior que 1% e menor ou igual a 2%	21	6,65%
Maior que 2% e menor ou igual a 3%	7	2,22%
Maior que 3% e menor ou igual a 4%	6	1,90%
Maior que 4% e menor ou igual a 5%	0	0,00%
Maior que 5%	1	0,32%
<b>Igual ao INPC</b>	<b>46</b>	<b>14,56%</b>
<b>Abaixo do INPC</b>	<b>159</b>	<b>50,32%</b>
Entre 0% e -1%	80	25,32%
Entre -1% e -2%	31	9,81%
Entre -2% e -3%	28	8,86%
Entre -3% e -4%	15	4,75%
Entre -4% e -5%	2	0,63%
Menor que -5%	3	0,95%
<b>Total</b>	<b>316</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Banco de dados sindicais – DIEESE

É interessante notar a alteração no comportamento das negociações coletivas ao longo do ano. Dentre as categorias com data-base no primeiro semestre, quando a inflação acumulada em doze meses, apesar de crescente, mantinha-se em patamar menor, 53,0% obtiveram reajustes salariais iguais ou superiores ao INPC-IBGE. No segundo semestre, devido ao crescimento dos índices acumulados, houve a inversão deste quadro: apenas 46,0% das categorias profissionais conquistaram reposições iguais ou superiores à inflação.

## Abonos

Outra observação importante é o aumento da quantidade de abonos salariais negociados em 1999: 25% das categorias profissionais analisadas os previram em acordo. Nos dois anos anteriores, entre 6% e 7% das negociações sobre as quais se obteve informações incluíram o pagamento de abono.

Das categorias profissionais que negociaram abono, 75,0% obtiveram reajustes salariais abaixo do INPC-IBGE. Isso revela a estratégia empresarial de rebaixamento do salário fixo e aumento da parcela extra-salarial, sobre a qual não recaem encargos e futuros reajustes. Assim, o abono funciona como um complemento salarial, de forma a minimizar a perda do poder aquisitivo dos salários e permitir sua cristalização<sup>1</sup>, fixando um novo patamar salarial. Além disso, sobre essa

<sup>1</sup> Três acordos explicitam essa intenção. Um prevê a troca do reajuste salarial estipulado (0,10% inferior ao INPC-IBGE, a ser concedido na data-base) por um reajuste menor acompanhado de 20% de abono em data posterior à data-base. Outro concede um reajuste salarial na data-base, a título de abono, a ser incorporado daí a seis meses. Ainda há um caso em que o abono é claramente associado ao reajuste inferior ao índice inflacionário.

forma de remuneração não são recolhidos os encargos sociais devidos aos trabalhadores, o que representa mais uma investida contra direitos adquiridos.

Quanto aos tipos de abono concedidos, a maior parte (próximo de 65,0%) representou um percentual dos salários, embora uma boa parcela (quase 30,0%) fosse equivalente a uma quantia monetária. Também foram registradas combinações entre as duas formas (percentual + valor fixo).

Registrhou-se, ainda, um número significativo de categorias profissionais que negociaram o pagamento do abono em data posterior à data-base (22,0%) ou seu parcelamento em duas ou três vezes (33,0%), o que confirma sua função compensatória. Isso porque o pagamento de parcelas extra-salariais distribuídas pelo ano, elevam o montante recebido pelo trabalhador a patamar superior ao estabelecido na data-base, atenuando as consequências do rebaixamento salarial sofrido.

No que se refere aos setores econômicos, mantém-se, para a indústria, a mesma tendência anteriormente captada: um grande contingente de negociações determina reajustes salariais inferiores à alta de preços apurada pelo INPC-IBGE: 53,0% das categorias profissionais do setor não conseguem repor o poder aquisitivo dos salários de acordo com a variação deste índice. No ano anterior, esse percentual correspondia a cerca de 49,0%.

Também os trabalhadores do comércio apresentam resultados semelhantes aos dos anos anteriores, quando a grande maioria das negociações praticadas no setor estipulavam reajustes salariais equivalentes ou maiores do que o INPC-IBGE, sendo idênticos os resultados de 1998 e 1999: cerca de 85% dos reajustes salariais observados no setor são iguais ou superiores a este índice.

Já com relação ao setor de serviços, há uma inversão da tendência que se delineava nos últimos anos: a de garantir, ao menos, reposição salarial segundo a variação anual do INPC-IBGE. Em comparação ao ano de 1998, quando mais de 70,0% dos reajustes salariais observados no setor eram iguais ou superiores a este índice, há uma queda significativa, na proporção de negociações que obtêm este resultado em 1999: 42,0% do total. Isso significa que, em quase 60,0% das negociações das quais se obteve informações, houve perda do poder aquisitivo dos salários dos trabalhadores em serviços.

Quando comparados ao ICV-DIEESE, os resultados anuais dos reajustes salariais negociados no ano são muito semelhantes aos do INPC-IBGE, dado que ambos os índices são muito próximos no período analisado. Desta forma, também o ICV-DIEESE permite constatar que metade das categorias profissionais analisadas sofreram perdas salariais.

## Conclusões

No ano de 1999, as negociações salariais apresentam um retrocesso em relação ao ano de 1998, com aumento do percentual de categorias profissionais que não conseguem sequer repor o poder aquisitivo estipulado na data-base anterior. Essa proporção é de cerca de 50%, contra 35,0% das negociações praticadas no decorrer do ano passado.

Essas informações, além das altas taxas de desemprego e da dificuldade de renovação, nos acordos e convenções coletivas, de direitos trabalhistas já consolidados na história das negociações coletivas, indicam que continua desvantajosa a situação dos trabalhadores e confirmam que o empresariado vem assumindo uma postura mais intransigente nesse processo.

## **Anexos**

Reajustes salariais segundo o setor da economia  
Brasil -1999

<b>Setor</b>	<b>Total</b>	<b>Percentual</b>
Indústria	203	64,24
Comércio	34	10,76
Serviços	79	25,00
Funcionalismo Público	0	0,00
Trabalhadores rurais	0	0,00
<b>Total</b>	<b>316</b>	<b>100,00</b>

Fonte Banco de dados sindicais – DIEESE

Reajustes salariais segundo região geográfica  
Brasil – 1999

<b>Região</b>	<b>Total</b>	<b>Percentual</b>
Norte	0	0,00
Nordeste	46	15,00
Centro-Oeste	18	6,00
Sudeste	160	51,00
Sul	86	27,00
Nacional	6	2,00
<b>Total</b>	<b>316</b>	<b>100,00</b>

Fonte Banco de dados sindicais – DIEESE

Distribuição dos reajustes salariais por setor de atividade em relação ao INPC-IBGE  
Brasil – 1999

Situação do reajuste	Indústria		Comércio		Serviços		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Maior que o INPC	80	39,41	7	20,59	24	30,38	111	35,13
Igual ao INPC	15	7,39	22	64,71	9	11,39	46	14,56
Menor que o INPC	108	53,20	5	14,71	46	58,23	159	50,32
Total	203	100,00	34	100,00	79	100,00	316	100,00

Fonte Banco de dados sindicais – DIEESE

Distribuição dos reajustes salariais por data-base, em relação ao INPC-IBGE  
Brasil – 1º semestre de 1999

Situação do reajuste	Janeiro		Fevereiro		Março		Abril		Maio		Junho	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Maior que o INPC	8	33,33	4	57,14	11	44,00	6	30,00	24	32,88	6	30,00
Igual ao INPC	1	4,17	2	28,57	8	32,00	4	20,00	15	20,55	1	5,00
Menor que o INPC	15	62,50	1	14,29	6	24,00	10	50,00	34	46,58	13	65,00
Total	24	100,00	7	100,00	25	100,00	20	100,00	73	100,00	20	100,00

Fonte Banco de dados sindicais – DIEESE

Distribuição dos reajustes salariais por data-base, em relação ao INPC-IBGE  
Brasil – 2º semestre de 1999

Situação do reajuste	Julho		Agosto		Setembro		Outubro		Novembro		Dezembro	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Maior que o INPC	7	63,64	2	40,00	5	31,25	7	38,89	29	36,25	2	11,76
Igual ao INPC	1	9,09	0	0,00	0	0,00	0	0,00	14	17,50	0	0,00
Menor que o INPC	3	27,27	3	60,00	11	68,75	11	61,11	37	46,25	15	88,24
Total	11	100,00	5	100,00	16	100,00	18	100,00	80	100,00	17	100,00

Fonte Banco de dados sindicais – DIEESE

Distribuição dos reajustes por semestre  
Brasil – 1999

Situação do reajuste	1º semestre		2º semestre		1999	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Maior que o INPC	59	34,91	52	35,38	111	35,13
Igual ao INPC	31	18,34	15	10,20	46	14,56
Menor que o INPC	79	46,75	80	54,42	159	50,32
Total	169	100,00	147	100,00	316	100,00

Fonte Banco de dados sindicais – DIEESE